

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 – HISTÓRICO DA ADMISSIBILIDADE DA PROVA ILÍCITA NO PROCESSO NO BRASIL	19
1.1 Constituição Política do Império do Brasil de 1824.....	19
1.2 Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891	21
1.3 Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934	22
1.4 Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937	23
1.5 Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946	23
1.6 Constituição da República Federativa do Brasil de 1967.....	24
1.7 Emenda Constitucional 1, de 1969.....	25
1.8 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.....	26
2 – BREVE HISTÓRICO ACERCA DA ADMISSIBILIDADE DA PROVA ILÍCITA NO PROCESSO EM OUTROS PAÍSES	29
2.1 Itália	29
2.2 Alemanha	30
2.3 Estados Unidos da América	32
2.4 Espanha	34
3 – VERDADE E PROVA	37
3.1 Breves Anotações Sobre o Conceito de Verdade	37
3.2 Conceituação de Verdade (Marilena Chauí)	39
3.3 Verdade Substancial e Verdade Formal	40
3.4 Verdade Formal ou Mentira Formal no Processo – Uma Visão Crítica.....	42
3.5 Busca da Verdade pela Prova.....	44

4 – PROVA	47
4.1 Breves Anotações Sobre o Conceito de Prova	47
4.2 Classificações Sobre Prova	49
4.3 Prova Ilícita no Processo e Suas Consequências	51
4.4 Correntes Doutrinárias Acerca da Admissibilidade da Prova Ilícita.....	53
4.5 Princípio da Proporcionalidade e sua Aplicabilidade na Admissão da Prova Ilícita no Processo	60
4.6 Nossa Posição.....	63
5 – INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL E COLISÃO ENTRE PRINCÍPIOS	73
6 – PROVAS ILÍCITAS POR DERIVAÇÃO	77
7 – PROVAS ILÍCITAS EM ESPÉCIE E O ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL	83
7.1 Prova em Áudio (Interceptação, Escuta e Gravação Telefônicas).....	83
7.2 Interceptação Ambiental.....	89
7.3 Busca e Apreensão	93
7.4 Tortura.....	108
8 – PROVA ILÍCITA E O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL: ART. 157 ...	115
9 – PROVA ILÍCITA E O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL	121
CONCLUSÃO	127
REFERÊNCIAS	131
ANEXO	137
ÍNDICE ALFABÉTICO	141